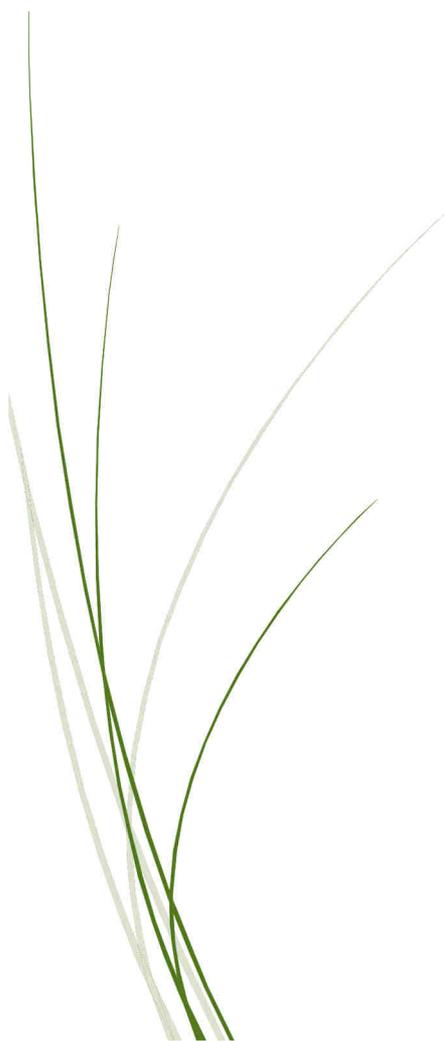




REGULAMENTO DE SUBMISSÃO DE CANDIDATURAS

JUNHO 2016



APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS AO
FUNDO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

PLANO NACIONAL DE AÇÃO PARA A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA
FUNDO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Índice

1.	Fundo de Eficiência Energética	2
2.	Condições de acesso e critérios de elegibilidade	2
2.1	Ao nível do beneficiário	2
2.2	Ao nível da Implementação da Medida	3
2.3	Âmbito Territorial	4
2.4	Despesas Elegíveis e não Elegíveis	4
2.5	Formalização das candidaturas.....	4
3.	Avaliação das Candidaturas	5
4.	Pedido de elementos/informações adicionais	5
5.	Relatórios e audiência prévia	6
6.	Comunicação da decisão de financiamento.....	6
7.	Contrato	7
8.	Pagamento.....	7
9.	Divulgação pública dos resultados.....	7
10.	Procedimentos de informação e publicidade	7
11.	Alteração à decisão de financiamento	8
12.	Informação complementar e orientações específicas	8
13.	Legislação subsidiária.....	8
14.	Documentação relevante	8
	ANEXO A – MODELO DE DECLARAÇÃO.....	10
	ANEXO B – DESPESAS NÃO ELEGÍVEIS.....	12

1. Fundo de Eficiência Energética

O Decreto-Lei n.º 50/2010, de 20 de maio, criou o **Fundo de Eficiência Energética (FEE)**, uma das ferramentas do **Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE)**, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 20/2013, de 10 de abril. O FEE tem como objetivos incentivar o uso racional da energia, através do apoio a medidas de cariz predominantemente tecnológico nas áreas dos transportes, residencial e serviços, indústria, agricultura e setor público e apoio a ações de cariz transversal indutoras da eficiência energética nas áreas dos comportamentos, financiamentos, fiscalidade e incentivos.

Nos termos do Regulamento de Gestão do Fundo de Eficiência Energética aprovado pela Portaria n.º 26/2011, de 10 de janeiro (doravante o “**Regulamento**”), que estabelece o regime de apoio financeiro à implementação de medidas e programas no âmbito do PNAEE, a apresentação de candidaturas processa-se através de concursos cujos **Avisos** são definidos pela Comissão Executiva do PNAEE e divulgados através do portal eletrónico do PNAEE, que pode ser consultado através do seguinte endereço eletrónico: <http://www.pnaee.pt/avisos-fee>.

2. Condições de acesso e critérios de elegibilidade

São elegíveis as candidaturas que visem a implementação de medidas enquadradas com o definido no Aviso FEE e que respeitem, obrigatoriamente, as seguintes condições de acesso:

2.1 Ao nível do beneficiário

Demonstrar o preenchimento das condições estabelecidas no artigo 3.º da Portaria n.º 26/2011, de 10 de janeiro, na medida do aplicável:

- 2.1.1 Apresentar certidões de inexistência de dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira e à Segurança Social (com prazos válidos à data de submissão da candidatura e devidamente autenticadas);
- 2.1.2 Cumprir as condições legais necessárias ao exercício da respetiva atividade;
- 2.1.3 Demonstrar a estrutura organizacional e recursos existentes ou potenciais, que confirmam capacidade técnica e financeira adequada à realização e implementação da(s) medida(a).

- 2.1.4 Preencher o “**ANEXO A – MODELO DE DECLARAÇÃO**”, a **adaptar consoante o tipo de beneficiário**, de acordo com o modelo presente no portal eletrónico do PNAEE, disponível em: <http://www.pnaee.pt/avisos-fee>.

2.2 Ao nível da Implementação da Medida

Evidenciar a seguinte documentação de suporte:

- 2.2.1. Preenchimento do **Formulário de Candidatura** de acordo com o modelo presente no portal eletrónico do PNAEE referente ao correspondente Aviso FEE, disponível no portal eletrónico do FEE: <http://www.pnaee.pt/avisos-fee>;
- 2.2.2. Faturas de energia (eletricidade, gás natural, entre outras) relativas aos últimos 12 meses;
- 2.2.3. Proposta(s) de orçamento apresentada(s) ao beneficiário, com discriminação das despesas elegíveis;
- 2.2.4. Quando aplicável, declaração de técnicos ou entidades devidamente habilitadas para a elaboração de certificado energético, auditorias energéticas e planos de racionalização com a indicação da metodologia a utilizar para efeitos de verificação da efetividade da medida após respetiva implementação (conforme indicado no **Formulário de Candidatura**);
- 2.2.5. Com a execução da medida, apresentar um diagnóstico energético que permita aferir as poupanças alcançadas com as medidas implementadas, através da metodologia identificada no **Formulário de Candidatura**, realizado por técnicos ou entidades devidamente habilitadas para a elaboração de certificado energético, auditorias energéticas e planos de racionalização.
- 2.2.6. No caso de certificado energético, auditorias energéticas e planos de racionalização, no âmbito do SCE e SGCIE, pode ser consultada a bolsa de técnicos habilitados para o efeito em:
<http://www.adene.pt/sce/micro/peritos-qualificados>
<http://www.adene.pt/SGCIE/pages/ContentBolsaTecnicosEntidades.aspx>

- 2.2.7. No caso de auditorias energéticas e planos de racionalização, não abrangidos pelos SCE e SGCI, deverão ser acompanhados do termo de responsabilidade do técnico responsável pela elaboração do documento, bem como de cópia da cédula profissional.

2.3 Âmbito Territorial

Os Avisos FEE, em plena articulação com o PNAEE, abrangem todo o território nacional.

2.4 Despesas Elegíveis e não Elegíveis

- 2.4.1 Apenas são elegíveis as despesas incorridas e faturadas com data posterior ao dia útil seguinte ao da submissão da candidatura;
- 2.4.2 Salvo indicação contrária descrita no Aviso FEE, são elegíveis todas as despesas incorridas com o fornecimento e montagem de equipamentos que permitam a redução do consumo de energia, incluindo todos os acessórios necessários à sua correta instalação e funcionamento;
- 2.4.3 Salvo indicação contrária descrita no Aviso FEE, não são elegíveis as despesas com a aquisição de bens e serviços referidas no “ANEXO B – DESPESAS NÃO ELEGÍVEIS” do presente documento;
- 2.4.4 Não são elegíveis as despesas associadas a registos, autorizações, licenciamentos e taxas relacionadas com as medidas;
- 2.4.5 Não são elegíveis as despesas com o IVA associado ao custo das medidas;
- 2.4.6 Salvo indicação contrária descrita no Aviso FEE, não são elegíveis as despesas propostas para financiamento, total ou parcialmente, objeto de candidatura aprovada no âmbito de qualquer outro incentivo ou cofinanciamento comunitário ou nacional.

2.5 Formalização das candidaturas

As candidaturas são apresentadas ao FEE através do portal eletrónico do PNAEE <http://www.pnaee.pt/fee/candidaturas2016>, onde deverão ser submetidos todos os documentos solicitados no Aviso FEE e no presente documento, devidamente preenchidos.

3. Avaliação das Candidaturas

- 3.1. A Comissão Executiva do PNAEE deverá, na avaliação das candidaturas, atender ao seguinte:
 - 3.1.1. Maximizar o n.º de medidas financiadas;
 - 3.1.2. Maximizar o n.º de beneficiários selecionados;
 - 3.1.3. Minimizar os custos elegíveis ao FEE.
- 3.2. A avaliação do mérito e a decisão de financiamento das candidaturas é da responsabilidade da comissão executiva do PNAEE. Na avaliação do mérito, esta Comissão poderá articular-se com outras entidades, de acordo com o disposto no número 2 do artigo 7.º do Regulamento;
- 3.3. A avaliação das candidaturas submetidas no âmbito de qualquer Aviso tem em conta as regras definidas no próprio Aviso e nas Orientações Específicas (FAQs), publicadas no portal eletrónico do PNAEE em <http://www.pnaee.pt/avisos-fee/>, e os elementos fornecidos pelo beneficiário no formulário de candidatura e nos restantes documentos anexos à candidatura submetida no âmbito de qualquer Aviso FEE.

4. Pedido de elementos/informações adicionais

- 4.1. O esclarecimento de dúvidas relativas à apresentação de candidaturas poderá ser solicitado pelos candidatos a beneficiários através do endereço fee@pnaee.pt.
- 4.2. Durante a análise das candidaturas, a direção executiva do PNAEE poderá solicitar aos candidatos elementos de informação adicionais, estabelecendo prazo para o efeito.
- 4.3. O procedimento descrito no ponto anterior suspende a contagem do prazo para análise da candidatura e o prazo final para a comunicação da decisão.
- 4.4. A ausência de resposta dentro dos prazos definidos, a fixar pelo técnico nomeado para a avaliação das candidaturas, ou resposta com elementos que não esclareçam o solicitado implica a exclusão da candidatura.

5. Relatórios e audiência prévia

- 5.1. Após a análise e avaliação das candidaturas, a direção executiva do PNAEE elabora um relatório preliminar fundamentado, no qual deve propõe a exclusão das candidaturas que não reúnam as condições indicadas no Aviso, propõe as candidaturas a aprovar com base na proposta de lista ordenada de candidaturas.
- 5.2. O relatório preliminar é aprovado pela comissão executiva do PNAEE, após o que a direção executiva do PNAEE procede à notificação dos resultados do mesmo aos candidatos, indicando o prazo previsto no Código do Procedimento Administrativo (CPA) para os candidatos se pronunciarem por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
- 5.3. Cumprido o disposto no ponto anterior, a direção executiva do PNAEE elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos candidatos efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar;
- 5.4. Após aprovação pela Comissão Executiva do PNAEE, o relatório final, juntamente com os demais documentos que dele fazem parte integrante, é enviado para homologação do investimento pelo membro do Governo responsável pela área da energia, na qualidade de tutela da área energética.

6. Comunicação da decisão de financiamento

- 6.1. Após a homologação referida no ponto 5.4 deste documento, a direção executiva do PNAEE informa os candidatos a beneficiários da decisão sobre as respetivas candidaturas;
- 6.2. No caso de não serem solicitados elementos de informação adicionais, de acordo com o ponto 4.2 deste documento, a comunicação da decisão (favorável, desfavorável) é efetuada no prazo máximo de 90 dias úteis, contado a partir da data de fecho para a submissão das candidaturas, definida no correspondente Aviso FEE.

7. Contrato

A aprovação da(s) candidatura(s) dá lugar à assinatura de um contrato de financiamento entre o FEE e o beneficiário da medida após a entrega dos documentos comprovativos da situação fiscal e contributiva regularizada.

8. Pagamento

- 8.1. Após a execução da(s) medida(s) aprovadas, o beneficiário elabora e submete à direção executiva do PNAEE um pedido de pagamento, constituído pelo relatório final de implementação (RFI) e declaração de despesa de investimento (DDI), o qual fará parte integrante do processo de autorização de pagamento do montante de incentivo total aprovado;
- 8.2. Quando aplicável, a declaração de despesa de investimento destina-se a comprovar as despesas suportadas pelo beneficiário, pelo que deve ser certificada por um Técnico Oficial de Contas (TOC) ou por um Revisor Oficial de Contas (ROC), ou ainda por dirigente máximo da entidade pública, confirmando a realização das despesas e o correto lançamento contabilístico dos respetivos documentos comprovativos.
- 8.3. O pagamento do montante total é efetuado aquando da aprovação do pedido de pagamento submetido pelo beneficiário, comprovando a realização integral do investimento, nos moldes aprovados e contratados.

9. Divulgação pública dos resultados

Os resultados da avaliação das candidaturas e respetiva análise serão publicamente divulgados no portal eletrónico do PNAEE (<http://www.pnaee.pt/>), considerando os elementos previstos no número 4 do artigo 7.º do Regulamento.

10. Procedimentos de informação e publicidade

- 10.1. Os elementos de publicidade a utilizar pelos beneficiários de candidaturas aprovadas sobre participação (financiamento) do FEE devem incluir o logótipo do FEE e a seguinte referência:

“Financiamento no âmbito do Fundo de Eficiência Energética - Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética”.

10.2. A utilização dos elementos identificativos acima referidos deve obrigatoriamente estar de acordo com as respetivas normas gráficas e deve ser adequada ao espaço disponível e ao meio de comunicação em causa, devendo ocupar um local de destaque e ser assegurada a sua boa leitura e perfeita compreensão.

11. Alteração à decisão de financiamento

11.1. A decisão de financiamento pode, em situações excecionais, sofrer alterações, especificamente no caso de alterações que justifiquem a interrupção pontual do investimento ou a alteração do calendário da sua realização;

11.2. O pedido de alteração à decisão deve ser formalizado através da apresentação de nota justificativa, contendo a síntese das alterações solicitadas e a informação detalhada que as fundamente.

12. Informação complementar e orientações específicas

O elenco das despesas elegíveis, as orientações gerais e técnicas, sob a forma de perguntas e respostas, e as minutas dos anexos obrigatórios para apoio à apresentação das candidaturas estão disponíveis em <http://www.pnaee.pt/avisos-fee>.

13. Legislação subsidiária

Em tudo o que não estiver expressamente regulado no presente documento ou no Aviso FEE, em matéria de procedimento administrativo, aplicar-se-á subsidiariamente o disposto no Regulamento.

14. Documentação relevante

- Criação do Fundo de Eficiência Energética, Decreto-Lei n.º 50/2010, de 20 de maio;
- Eco.AP, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2011, de 12 de janeiro;



- Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética, Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2013, de 10 de abril;
- Regulamento do Fundo de Eficiência Energética, Portaria n.º 26/2011, de 10 de janeiro;
- Sistema de Certificação Energética dos Edifícios, o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação e o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Serviços, Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 de agosto;
- Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia (SGCIE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2008, de 15 de abril;
- Transposição da Diretiva da Eficiência Energética, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 68-A/2015, de 30 de abril;
- Código dos Contratos Públicos (CCP), Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho;
- Código do Procedimento Administrativo (CPA), Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro

ANEXO A – MODELO DE DECLARAÇÃO

NO ÂMBITO DA CANDIDATURA SUBMETIDA PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO DO FUNDO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

[nome da entidade, número de identificação fiscal e sede], neste ato representada por [nome(s), número(s) de documento de identificação, morada(s) e qualidade(s) (gerente/procurador/administrador)], com poderes para o ato, para efeitos de atribuição de apoio financeiro do Aviso [xx] do Fundo de Eficiência Energética, declara(m), sob compromisso de honra, que é sua firme intenção cumprir e aceitar as condições expressas neste Aviso, designadamente as seguintes:

1. Que a sua representada possui contabilidade organizada, de acordo com o estatuído no respetivo plano oficial de contabilidade em vigor, sendo verdadeiras as informações aí indicadas, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do artigo 3.º da Portaria n.º 26/2011, de 10 de janeiro;
2. Que a sua representada não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
3. Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional ⁽¹⁾ [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional ⁽²⁾] ⁽³⁾;
4. Que as despesas propostas para financiamento do Fundo de Eficiência Energética (que poderão ou não corresponder à totalidade das despesas associadas à execução e implementação da medida) não foram nos últimos 3 (três) anos, total ou parcialmente, objeto de candidatura aprovada no âmbito de qualquer outro incentivo ou cofinanciamento comunitário ou nacional;
5. Que, no caso de a candidatura ser aprovada, após análise e validação do pedido de pagamento pelo Fundo de Eficiência Energética, será efetuada a transferência bancária para o IBAN indicado no comprovativo que se junta à presente declaração ⁽⁴⁾;

(1) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(2) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(3) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(4) Esta declaração deve ser devidamente acompanhada pelo respetivo comprovativo de IBAN.

6. Que se obriga a liquidar a quaisquer entidades com as quais venha a contratar para a implementação da medida proposta, todos os valores em dívida até à data de apresentação do pedido de pagamento relativo à medida, o qual deverá ser submetido nos termos previstos no Aviso em apreço;
7. Que consente o exercício de poderes de controlo e fiscalização da medida proposta, para verificação da boa execução e cumprimento das obrigações constantes da candidatura apresentada, pela Comissão Executiva da Estrutura de Gestão do PNAEE, na qualidade de entidade gestora do Fundo de Eficiência Energética, ou por outra entidade por esta indicada;
8. Que são verdadeiras as informações indicadas no(s) documento(s) de suporte à candidatura apresentada ao Fundo de Eficiência Energética;
9. Que, quando aplicável, cumprirá as disposições constantes do Decreto-Lei n.º 71/2008, de 15 de abril, relativo ao Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia (SGCIE);
10. Que, quando aplicável, cumprirá o estipulado pelo Regulamento (UE) N.º 517/2014, de 16 de abril, relativo aos gases fluorados com efeito de estufa e que revoga o Regulamento (CE) N.º 842/2006, bem como o estabelecido no Decreto-Lei n.º 56/2011 de 21 de abril;
11. Que se compromete, a que todos os equipamentos, objeto da medida apresentada na candidatura no âmbito do Aviso em apreço, apresentam marcação CE e, que cumprirá com o plano de calibração, na medida do aplicável.

[Local e data]

Pela [nome da entidade candidata],

[Assinatura(s) conforme BI/CC e qualidade(s)]⁽⁵⁾

⁽⁵⁾ Carimbo institucional da entidade candidata e assinatura(s) conforme BI/CC (esta declaração deve ser devidamente acompanhada pela cópia do(s) BI/CC).

ANEXO B – DESPESAS NÃO ELEGÍVEIS

NO ÂMBITO DA CANDIDATURA SUBMETIDA PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO DO FUNDO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Aplicável a todo o tipo de medida:

- a) Aquisição de terrenos;
- b) Aquisição de edifícios e outros imóveis urbanos;
- c) Construção ou obras de adaptação de edifícios independentemente se necessárias à implementação da(s) medida(s) de eficiência energética;
- d) Trespases e direitos de utilização de espaços;
- e) Aquisição de veículos automóveis, motociclos e outro material de transporte terrestre;
- f) Aquisição de veículos aquáticos e outro material de transporte aquático;
- g) Aquisição de aeronaves e outro material aeronáutico;
- h) Aquisição de bens em estado de uso;
- i) Custos internos necessários à implementação da(s) medida(s) de eficiência energética;
- j) Juros devidos por empréstimos contraídos durante o período de realização do investimento;
- k) Fundo de maneiço;
- l) Transações entre entidades participantes na implementação da candidatura aprovada;
- m) Campanhas de publicidade e ou marketing;
- n) Custos com a manutenção e operação da(s) medida(s) de eficiência energética a implementar
- o) Custos com a aquisição de equipamentos informáticos, incluindo o *software* necessário ao seu funcionamento, quando a sua utilização não for dedicada exclusivamente à medida de eficiência de energética a implementar;
- p) Custos com armazenamento de dados em plataforma web, comunicações e mensalidades de utilização de servidores.

No que diz respeito a equipamentos e sistemas de gestão e monitorização de consumos:

- a) Custos com Software para Sistemas de Gestão de Energia com ligações a/ou sistemas via web;
- b) Custos com equipamentos portáteis de medição de consumo energético ou equipamentos de controlo de combustão.